

DIMENSÕES DA PALAVRA

Maria Tereza Camargo Biderman*

RESUMO: A palavra é a pedra de toque da linguagem humana. Vários são os ângulos sob os quais esta complexa matéria pode ser analisada. Serão abordados aqui algumas das dimensões mais importantes dessa entidade: o valor mágico da palavra e a potência criadora do verbo; a dimensão cognitiva que se associa ao problema da nomeação e da designação da realidade, gerando o vocabulário das línguas naturais; a dimensão significativa onde se examina a questão do signo lingüístico e sua relação com a realidade.

Palavras-chave: palavra, categorização lexical, processo de nomeação, vocabulário das línguas naturais, signo lingüístico.

1. A DIMENSÃO MÁGICA E RELIGIOSA DA PALAVRA

1.1 O nome e a essência do ser

Em muitas religiões e culturas acredita-se que foi a linguagem que ordenou o caos primitivo transformando-o num cosmos significativo. Cada cultura foi ordenando, a seu modo, o caos primevo através de seus mitos. A *palavra* assume assim nos mitos de cada cultura uma força transcendental; nela deitam raízes os entes e os acontecimentos. Por ser mágica, cabalística, sagrada, a *palavra* tende a constituir uma realidade dotada de poder. Os mitos falam dos segredos e das essências escondidas na *palavra* instituidora do universo.

O homem primitivo acredita que o nome não é arbitrário mas existe um vínculo de essência entre o nome e a coisa ou objeto que ele

* UNESP, Campus de Araraquara.

designa. Assim sendo, não separa a palavra do referente que ela nomeia. Crê que se pode atuar magicamente sobre uma pessoa através de seu nome. Por isso esse homem primitivo considera seu nome como parte vital de seu próprio ser. Em seu livro clássico *The Golden Bough* (A Rama Dourada), Frazer cita muitos exemplos de povos onde foi constatada a crença no poder mágico da palavra.

Um aborígene australiano acredita que um inimigo poderia praticar magia negra contra ele, se conhecesse seu nome. Na Ilha de Chiloé no Chile, os índios guardam seus nomes em segredo; se um espírito malévolo os conhecesse poderia fazer-lhes mal; não os conhecendo, seria impotente para agir. Na Colúmbia Britânica (Canadá) e no arquipélago malaio acontece a mesma coisa. Ninguém pronuncia seu próprio nome. Esse mesmo tabu existe na Nova Guiné e na África do Sul. Tal comportamento se baseia no fato de que se teme o mal proveniente dos maus espíritos. Esses povos primitivos temem revelar o próprio nome a feiticeiros, que teriam assim uma maneira de fazer maldades contra a pessoa detentora daquele nome.

Os antigos egípcios recebiam dois nomes: o nome verdadeiro e o nome onomástico, isto é, o nome grande e o nome pequeno. O onomástico, ou nome pequeno, era público; o verdadeiro, porém, era secreto e cuidadosamente ocultado.

Em muitas sociedades arcaicas o nome de um rei, de um chefe ou de uma pessoa sagrada é tabu.

No Dahomey o nome do rei era secreto; se algum capeta o conhecesse poderia fazer-lhe mal. Os nomes com que os europeus conheceram esses reis não eram seus nomes verdadeiros mas meros títulos. No antigo Sião era muito difícil descobrir o nome verdadeiro de um rei, pois esse era mantido em segredo por medo de bruxarias; quem o dissesse seria encerrado em um calabouço. Para referir-se ao rei, diziam: o augusto, o perfeito, o supremo, o grande imperador, o descendente dos anjos. Entre os sulus (mar de Sulu, sul das Filipinas) ninguém mencionava o nome do chefe da tribo ou os nomes dos pais do chefe; nem pronunciava palavras comuns que coincidissem ou re-

cordassem de algum modo o nome tabuado. Em Madagascar tanto os nomes de família como os de pessoas são tirados do vocabulário comum. Por isso, é preciso inventar um vocábulo novo, substituindo o anterior, para o objeto proibido (animal, planta, cor, etc.) quando esse nome se torna tabu. E mais: são tabuados os nomes próprios de reis e chefes não só vivos, mas também soberanos mortos.

Entre os sakalavos, um povo da Polinésia, quando morre o rei, os nobres e o povo, reunidos em torno do cadáver, escolhem solenemente um novo nome para o extinto monarca e esse será o nome com que será referido no futuro. Adotado o novo nome, o antigo se torna sagrado e ninguém ousará pronunciá-lo sob pena de morrer.

Frazer cita ainda muitos outros casos em várias latitudes da terra onde o fenômeno se repete: na Oceania, nas Américas, na África, etc. E vale lembrar a lenda citada por Frazer sobre o nome do deus Ra.

No antigo Egito o grande deus Ra tinha muitos nomes, mas o grande nome, que lhe dava poder sobre os outros deuses e sobre os homens, só era conhecido dele mesmo. Invejosa do poder do grande deus, a deusa Isis fez-lhe uma feitiçaria. Criou uma serpente com a terra umedecida com a saliva do grande deus e essa serpente o mordeu e envenenou-o. O veneno foi penetrando profundamente no grande deus e ele já não podia mais andar. Então Isis lhe disse: “dize-me teu nome, Pai divino, pois viverá aquele que for chamado por teu nome.” Ra tentou escamotear a resposta, mas o veneno foi-lhe penetrando mais e mais fundo no corpo. E Isis continuou: “se não me disseres teu verdadeiro nome, o veneno não sairá, pois viverá aquele cujo nome for pronunciado”. E como o veneno queimava como fogo o deus Ra disse: “Consinto que Isis busque dentro de mim e que meu Nome passe de meu peito a seu peito”. Então o deus se ocultou dos demais deuses e seu lugar na barca da eternidade ficou vazio. Assim foi tirado do grande deus o seu nome e Isis, a feiticeira, falou: “Saia para fora, peçonha, saia de Ra. Sou Eu, Eu mesma, aquela que vence o veneno e que o atira ao solo; porque o nome do grande deus lhe foi arrebatado. Deixa Ra viver e que morra o veneno”. Assim falou a grande Isis, a rainha dos deuses, a que conhece a Ra por seu verdadeiro nome.

Acreditava-se pois que aquele que conhecesse o verdadeiro nome de alguém possuía o verdadeiro ser, a essência do deus ou do homem. Poderia inclusive forçar uma divindade a obedecer-lhe como um escravo obedece seu amo. Assim a arte da magia consistia em obter dos deuses a revelação de seus nomes sagrados.

Na tradição judaica o nome de Deus é sagrado e impronunciável. Nessa tradição, segundo o relato do livro do Êxodo, quando Moisés tirou o povo judeu da escravidão do Egito para levá-lo à terra prometida, no deserto do Sinai, Deus deu a seu povo o decálogo – os dez mandamentos. Um dos mandamentos dizia: “Não pronunciarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão, pois o Senhor não deixa impune quem pronuncia o seu nome em vão.” (Êxodo, 20, 7).

1.2 A palavra criadora

Nas numerosas tradições culturais dos homens a linguagem surge com a *palavra* instituidora que abre ao ser o espaço para ele se manifestar. Todas as culturas nascem de uma *palavra* criadora, dita em tempos imemoriais por um poder divino.

“A primeira palavra em sua eficácia transcendente está intimamente ligada à instituição da humanidade. A primeira palavra é a vocação mesma do homem à humanidade.” (Gusdorf, *La parole*, *apud* Crippa, 1975, p. 101). Ainda segundo Gusdorf “Todas as grandes religiões conferem um lugar à doutrina do Verbo divino, na instituição do real” (*ibidem*, p. 16, *apud* Crippa, 1975). Deus disse e as coisas foram feitas. As coisas surgem em sua diversidade multiforme da palavra divina. Assim disse Deus... ecoam muitos mitos. Os mitos procuram traduzir uma crença de todas as culturas: as coisas existem e são o que são porque foram faladas por um poder instituidor original.

A primeira página do primeiro capítulo do Gênesis, o primeiro dos livros bíblicos, conta-nos o mito da criação do mundo pela palavra criadora de Deus:

“Deus disse: “Que a luz seja!” e a luz se fez. Deus viu que a luz era boa, e Deus separou a luz das trevas. Deus chamou a luz dia e as trevas noite. Houve uma tarde e uma manhã: primeiro dia” [Gen.I, 3-5]. E assim a criação vai emergindo ao apelo da palavra divina.

O gesto criador de Deus identifica-se com esta palavra ontológica essencialmente divina. O que nós homens somos e o que sabemos nasce dessa revelação primordial da palavra criadora, do gesto divino de dizer.

Na Índia afirmam antigos relatos: “Da palavra dependem todos os deuses, os animais e os homens; na palavra repousam todas as criaturas. A palavra é imperecível...”

Em muitas tradições culturais o homem possui um poder incontestável sobre todos os outros entes porque os deuses o agraciaram com a palavra. Segundo mitos das mais variadas mitologias, os homens aprenderam a falar com os deuses nas origens da história humana. Ora, os mitos constituem a linguagem primordial das culturas. As culturas são desempenhos históricos das comunidades humanas. E as culturas são tão diferentes porque a palavra pode falar e ser falada de diversas maneiras, em linguagem e línguas diversas. (Crippa, 1975, p. 101)

A história das religiões atribui sacralidade às origens. “Os mitos, constituindo a linguagem adequada às primordialidades, são religiosos, ou envolvidos pela força do sagrado.” (Crippa, 1975, p. 104) O mundo mítico é um mundo sagrado. Por isso também a cultura é sagrada. “Cada povo e cada revelação sagrada parte de acontecimentos divinos singulares ou constituídos de maneira singular. Há sempre, porém, uma história original, ou seja, uma proposição mítica de acontecimentos que se verificaram num tempo primordial, anterior ao início da história.” (Crippa, 1975, p. 105) Confronte-se o que acima foi referido sobre a cultura judaica, relatos esses recebidos e ciosamente conservados pelas culturas cristãs.

No mundo mítico há uma relação íntima entre mito e realidade de um lado, e mito e sacralidade, do outro (Crippa, 1975, p. 111).

Nesta visão religiosa é impossível separar a história e as culturas humanas da manifestação original e criadora dos deuses na instituição do real.

1.3 A palavra divina

Para a Bíblia judaico-cristã a *palavra* não é apenas um sinal da força divina criadora mas se identifica com essa própria força. Ao longo de mais de dois mil anos de história, desde o limiar do Gênesis no Antigo Testamento aos Evangelhos do Novo Testamento, a palavra se manifesta com esse significado. É assim que os profetas do Antigo Testamento, principalmente Isaías e os psalmistas, falam da eficácia da palavra que não retorna a Deus sem ter dado o seu fruto.

Na Bíblia a força da palavra divina não se circunscreve a Deus, mas difunde-se por seus enviados: os profetas. Porque eles são arautos do Altíssimo, os profetas são dotados do mesmo dom divino que lhes é comunicado na sua missão. Um dos momentos privilegiados desta manifestação é o relatado no livro do profeta Ezequiel (séc. VI A.C.). Sob o impulso do Espírito de Deus o profeta Ezequiel é conduzido ao meio do vale coberto de ossadas ressequidas. “Ele disse: pronuncia um oráculo sobre essas ossadas.[...] Pronunciei o oráculo como havia recebido a ordem; e houve um grande ruído enquanto eu pronunciava o oráculo e produziu-se um movimento: as ossadas se aproximaram umas das outras. Olhei: eis que havia sobre os ossos nervos, crescia carne e estendia-se pele por cima; mas não havia sopro neles. Ele me disse: Pronuncia um oráculo sobre o sopro, pronuncia um oráculo, filho do homem; dize ao sopro: Assim fala o Senhor Deus: Sopro, vem dos quatro ventos, sopra sobre estes mortos e eles viverão. Pronunciei o oráculo como havia recebido a ordem, o sopro entrou neles e eles reviveram; puseram-se de pé: era um exército numeroso”. (Ez. 38, 1-10)

Nos textos cristãos do início do cristianismo, os cronistas dos relatos evangélicos da vida e dos feitos de Jesus Cristo atribuem à palavra um poder instituidor e vital. Numerosos poderiam ser os exemplos colhidos nestas narrativas; eis alguns deles:

1) Havia uma grande tempestade; o barco onde estavam Jesus e seus discípulos quase ia a pique. “Então, pondo-se de pé, ele ameaçou os ventos e o mar, e fez-se uma grande bonança. Os homens maravilhavam-se e diziam: quem é este, a quem até os ventos e o mar obedecem?” (Mateus, 8, 26-27)

2) Lázaro, irmão de Marta e Maria adoeceu e morreu... “Quando chegaram ao sepulcro Jesus disse: Retirai esta pedra. Marta, a irmã do defunto, lhe disse: Senhor, ele já deve estar cheirando mal... Pois faz quatro dias... [...] Então, Jesus ergueu os olhos e disse: Pai, eu te dou graças por me teres atendido. Por certo, eu bem sabia que me atendes sempre, mas falei por causa desta multidão que me cerca, a fim de que eles creiam que tu me enviaste. Tendo assim falado, gritou com voz forte: Lázaro, vem para fora! E aquele que tinha estado morto saiu...” (João, 11,1-44)

E assim se sucedem muitos outros milagres descritos nesses livros que atestam a eficácia vificadora da palavra de Cristo.

Uma das passagens mais características sobre a palavra divina nas narrativas evangélicas é aquela sobre o episódio da tentação de Cristo pelo demônio. Após 40 dias de jejum no deserto, Jesus estava com fome; o tentador aproxima-se dele, dizendo: “Se tu és o Filho de Deus, dize a estas pedras que se transformem em pães”. A essa tentação Jesus respondeu: “Não só de pão vive o homem mas de toda a palavra que sai da boca de Deus”.

É sobretudo no quarto evangelho que esta dimensão mística e religiosa da palavra atinge seu ápice com a doutrina de João sobre o Verbo de Deus. Ouçamos o próprio João:

“No início era o Verbo, e o Verbo estava voltado para Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no início voltado para Deus. Tudo se fez por meio dele; e sem ele nada se fez do que foi feito. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens, e a luz brilha nas trevas, e as trevas não a compreenderam.[...] E o Verbo se fez carne e habitou entre nós”. (João, I, 1-5, 14)

2. A DIMENSÃO COGNITIVA DA PALAVRA

2.1 A categorização do conhecimento e a nomeação da realidade

É a partir da *palavra* que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem.

Em seu clássico livro *Biological foundations of language* o neurolingüista E. Lenneberg elaborou uma teoria que podemos aceitar como básica para a interpretação do fenômeno da categorização lingüística e a conseqüente nomeação do universo, bem como sua relação com o vocabulário de uma língua natural. Farei uma explanação de suas idéias adaptando-as aos propósitos deste trabalho.

A atividade de nomear, isto é, a utilização de palavras para designar os referentes extra-lingüísticos é específica da espécie humana. A nomeação resulta do processo de categorização. Entende-se por categorização a classificação de objetos feita por um sujeito humano, resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente. A categorização supõe também a capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do indivíduo.

Nesse processo de diferenciação as categorias originais podem vir a ser subdivididas, ou ainda suprimidas; podem ser também reorganizadas e reformuladas, redundando em outras categorias gerais ou específicas. A espécie humana organiza o conhecimento através desse complexo processo de categorização. Por outro lado, o homem tem a capacidade de relacionar várias categorias umas com as outras e, conseqüentemente, de responder à relação entre as coisas, em vez de reagir diretamente às próprias coisas.

Vejamos como o homem organiza o mundo sensorial representando-o com a linguagem e mais especificamente com palavras.

As palavras podem ser consideradas como etiquetas para o processo de categorização. Por conseguinte, as palavras que constituem

aquilo que seria o “dicionário” de uma língua natural são uma lista e uma amostragem das etiquetas de categorias naturais com que a espécie humana processa o conhecimento; contudo, as palavras não são meros rótulos de objetos específicos existentes no mundo real. Podemos afirmar que a maioria das palavras designam campos de conceitos em vez de coisas físicas. É quase certo que seja assim, pois se fosse de outra maneira nos depararíamos com uma enorme dificuldade para explicar por que as palavras se referem a classes abertas. Por exemplo: não podemos definir a categoria rotulada como *casa* partindo da enumeração de todos os objetos que recebem esse nome. A qualquer novo objeto que satisfizesse certos critérios seria possível atribuir essa etiqueta. É mais fácil dizer o que esses critérios *não* são que dizer o que são. Assim eles não são um conjunto finito de variáveis objetivamente mensuráveis tais como: textura, cor, dimensões físicas, etc. Exceto para umas poucas palavras, que constituem um caso especial – os vocábulos que designam experiências como cor, temperatura, tamanho, etc. Não podemos predizer que objeto poderia ser denominado *casa* e qual não, considerando só as dimensões físicas desses objetos. Conclui-se que o processo de categorização e a nomeação ou designação através de palavras devem fundamentar-se em algo muito abstrato.

O processo de categorização subjaz à semântica de uma língua natural. Os critérios de classificação usados para classificar os objetos são muito diferenciados e variados. Às vezes, o critério é o uso que o homem faz de um dado objeto; às vezes, é um determinado aspecto do objeto que fundamenta a classificação; às vezes, é um determinado aspecto emocional que um objeto pode provocar em quem o vê, e assim por diante.

Voltemos ao exemplo de *casa*. Geralmente o objeto *casa* se aplica a estruturas que servem de abrigo ao homem ou aos animais; porém, freqüentemente muda-se o critério de categorização como resultado de extensões metafóricas que se dá a essa palavra. Isso ocorre, por exemplo, com *casa de Deus*, *casa de David*, *casa de câmbio* e no português europeu, *casa de banho*. A facilidade com que se pode mu-

dar o critério de categorização evidencia o fato de que a categorização é um processo criativo e dinâmico de organização cognitiva. Os critérios de classificação podem alterar-se e expandir-se para incluir realidades até então inexistentes como invenções novas, ou novas criações mentais dos seres humanos.

Pode-se considerar a formação de conceitos como o processo cognitivo primário e a nomeação (designação) como o processo cognitivo secundário. Os conceitos são modos de ordenar ou de tratar os dados sensoriais. Assim sendo, a conceptualização vem a ser o *próprio processo cognitivo*.

O homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. Como as palavras permanecem através do tempo entesouradas por uma cultura e transmitidas de geração a geração, o processo de conceptualização parece mais estático do que efetivamente é. Nesse ponto é preciso distinguir o processo individual de formação de conceitos por parte de um sujeito, do acervo de conceitos transmitidos materialmente através das gerações por meio do vocabulário herdado e transmitido, sobretudo nas sociedades dotadas de uma tradição escrita. Na dimensão individual, o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, isto é, de *objetos* mentais que se constanciam nas palavras que esse indivíduo domina e das quais ele se serve. Essa dualidade entre o individual e o social tem que ser bem entendida para evitar ambigüidades.

Por outro lado, a memória de cada indivíduo não é um armazém de pensamentos ou um arquivo de impressões sensíveis memorizadas, pois os conceitos são dinâmicos, apesar de estarem registrados fisiologicamente na memória. As palavras não são meras etiquetas de conceitos já completados e armazenados; são etiquetas sim, mas de um *processo de categorização ou de uma família de tais processos in fieri*. Devido à natureza dinâmica do processo subjacente, os referentes das palavras podem mudar muito, os significados podem expandir-se e as categorias estão sempre abertas a mudanças. Em suma, *as palavras rotulam os processos cognitivos mediante os*

quais o homem interage cognitivamente com seu meio ambiente.
(Lenneberg, 1975, p. 374)

Além disso, existe uma margem de liberdade biológica na cognição humana. Cada indivíduo pode conceptualizar de um modo muito pessoal. Na verdade seu vocabulário é muito mais limitado que sua capacidade de conceptualização. Como somos dotados da mesma capacidade cognitiva, os interlocutores com que interagimos podem entender a semântica de nossos enunciados, ainda que nossas palavras assumam significados diferentes, designando novas conceptualizações.

A semântica de uma dada língua natural constitui apenas uma das muitas maneiras pelas quais se pode organizar o universo cognitivo. Assim, na categorização de um elemento da realidade o processo de classificação pode-se fazer a partir de um dado aspecto deste referente como se disse antes, um traço semântico percebido como mais proeminente; por exemplo, grande, alto, redondo, retangular, etc. É por isso que as palavras não podem estar ligadas às coisas de maneira essencial como acreditam culturas arcaicas, tema discutido na unidade anterior. Voltaremos a essa questão quando discutirmos a arbitrariedade do signo lingüístico.

Se considerarmos os dois ângulos da questão – o individual e o social – podemos opor o processo de cognição e de nomeação ao seu resultado, ou seja, o léxico de uma língua natural. Como diz Lenneberg “um léxico é como uma fotografia que congela o movimento.” (*ibidem*, p. 375)

Concluindo: o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao identificar semelhanças e, inversamente, discriminar os traços distintivos que individualizam esses referentes em entidades distintas, o homem foi es-

truturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. É esse processo de nomeação que gerou e gera o léxico das línguas naturais. Por outro lado, podemos afirmar que, ao nomear, o indivíduo se apropria do real como simbolicamente sugere o relato da criação do mundo na bíblia judaico-cristã, anteriormente referido, em que Deus incumbiu ao primeiro homem dar nome a toda a criação e dominá-la. A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos lingüísticos: as palavras.

Por conseguinte, os conceitos são modos de ordenar os dados sensoriais da experiência. Através de um processo criativo de organização cognoscitiva desses dados foram surgindo as categorizações lingüísticas expressas em sistemas classificatórios: *os léxicos das línguas naturais*. Assim, podemos afirmar que o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos que simbolizam os referentes.

O processo de cognição e de apropriação do conhecimento assumiu formas distintas conforme as culturas, ou seja, os sistemas lexicais das numerosíssimas línguas naturais (vivas ou mortas). Visto como as palavras etiquetam modos de cognição seria de esperar que todos os sistemas semânticos das línguas naturais tivessem certos aspectos formais em comum. Entretanto, as línguas constituem sistemas semânticos muito distintos e variados. A conceptualização da realidade configura-se lingüisticamente em modelos categoriais arbitrários não-coincidentes. As categorias lingüísticas não são nem coincidentes, nem equivalentes, embora possamos admitir que as línguas naturais tenham tipos de semântica universalmente compreensíveis.

2.2 A categorização e o relativismo lingüístico

Ao tratar da dimensão cognitiva da palavra, é preciso considerar a hipótese do “relativismo lingüístico”, ou hipótese Sapir-Whorf.

A chamada hipótese Sapir-Whorf, muito divulgada nas décadas de cinquenta e sessenta, contestava os universais lingüísticos particularmente no domínio da categorização. Para esta teoria, a conceptualização da realidade se revela claramente nos idiomas, pois todo sistema lingüístico manifesta, tanto no seu léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e da cultura com que ela se conjuga. Isso significa que cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas. Conseqüentemente, será que a estrutura semântico-categorial de uma língua pode restringir a liberdade do falante de categorizar?

Vamos examinar sucintamente essa teoria e tentar responder a esta pergunta.

No primeiro quartel do século vinte o lingüista americano Edward Sapir esboçou as premissas do “relativismo lingüístico”. Para Sapir “a língua socialmente formada influencia [...] a maneira pela qual a sociedade concebe a realidade” (Sapir, 1947, p. 11). A linguagem tem uma função heurística, pois “as suas formas predeterminam, para nós, certos modos de observação e de interpretação”. (*idem, ibidem*, p. 11). Em outro estudo, *The status of linguistics as a science (A posição da lingüística como ciência)* Sapir é mais explícito ainda:

“A linguagem é um guia para a “realidade social”.[...] Os seres humanos não vivem só no mundo objetivo, ou só no mundo da atividade social como normalmente se admite, mas vivem quase totalmente à mercê da língua específica que se tornou o meio de expressão para a sua sociedade. É ilusório imaginar que alguém possa fundamentalmente ajustar-se à realidade sem o uso da linguagem e que a língua seja apenas um recurso qualquer para resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O fato é que “o mundo real” é, em grande parte, construído inconscientemente sobre a base dos hábitos lingüísticos do grupo. Não existem duas línguas, por mais semelhantes que sejam, que possam ser consideradas como representantes da mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diferentes sociedades humanas são mundos distintos e não um só e mesmo mundo, ao qual se teriam apostado etiquetas diferentes.” (Sapir, 1947, p. 11)

Dentro desta visão teórica a percepção que o indivíduo tem da realidade, de certa forma, é pré-moldada pelo sistema lingüístico que ele

fala, pois as categorias existentes na sua língua o predispõem para certas escolhas de interpretação do real.

Embora tais idéias já estejam claramente expressas nos escritos de Sapir, foi outro lingüista americano, Benjamin L. Whorf, quem procurou demonstrar factualmente esta teoria, desenvolvendo-a inclusive até as suas últimas conseqüências na década de quarenta. A sua formulação é mais radical e menos abstrata que a de Sapir, tendo Whorf procurado aplicá-la a línguas indígenas da América, o Hopi, em particular. Várias demonstrações do “relativismo lingüístico”, elaboradas por Whorf, se encontram no seu livro *Language, thought and reality*. No estudo intitulado *Science and linguistics*, B. L. Whorf exprime as suas idéias claramente:

“Constatou-se que o sistema lingüístico subjacente a cada língua (em outras palavras, a gramática) não é apenas um instrumento de reprodução para emitir idéias mas ele é sobretudo um modelador de idéias, o programa e o guia para a atividade mental do indivíduo. [...] As categorias e os tipos que nós isolamos do mundo dos fenômenos não os encontramos aí porque eles estejam encarando cada observador face a face; pelo contrário, o mundo é apresentado num fluxo caleidoscópico de impressões que têm que ser organizadas por nossas mentes – e isso significa, em grande parte, pelo sistema lingüístico em nossas mentes. Nós recortamos a natureza, organizamo-la em conceitos, e lhe atribuímos significados da forma como o fazemos porque constituímos as partes contratantes de uma convenção, segundo a qual devemos organizá-la assim – tal convenção se mantém na nossa comunidade lingüística e é codificada nos moldes da nossa língua. Naturalmente essa convenção é implícita e não formulada, *mas seus termos são absolutamente coercitivos*; não podemos falar sequer, a não ser subscrevendo a organização e a classificação dos dados decretados por essa convenção. Somos assim introduzidos em um novo princípio de relatividade, o qual estabelece que todos os observadores não são movidos pela mesma evidência física, a uma mesma visão do universo, a menos que seus “backgrounds” sejam similares, ou possam ser calibrados de alguma forma.” (Whorf, 1958, p. 5). “É fácil constatar que não é possível definir um evento, uma coisa, um objeto, uma relação, etc., a partir da natureza, mas defini-los sempre envolve um retorno circular às categorias gramaticais da língua do definidor”. (*ibidem*, 6)

A seguir, Whorf exemplifica com a classe dos nomes e dos verbos em Hopi, mostrando que, nessa língua, o critério para classificar um evento como verbo é a sua breve duração. Além disso, sendo a cultura Hopi alheia à nossa noção de tempo, a língua Hopi não conhece

a categoria do tempo no verbo, possuindo apenas as categorias do aspecto e do modo. Outro exemplo citado por Whorf neste artigo: no Nootka, língua da ilha de Vancouver, temos a impressão de que todas as classes de eventos são classificadas como verbos, pois podem ser marcadas pelas flexões verbais. Mais um exemplo lembrado por Whorf: na língua esquimó não se tem só uma palavra para *neve*. No universo esquimó a neve é uma realidade cotidiana e fundamental. Por isso nesse meio ambiente esse referente é percebido e categorizado de modo mais específico do que em nossas culturas ocidentais, sobretudo se estabelecermos um confronto com um país como o Brasil em que a neve é quase uma mera imagem pictórica de realidades muito distantes. Isso não quer dizer que o esquimó *vê* a neve de modo diferente, mas que sua cultura, isto é, a experiência coletiva acumulada em sua comunidade percebe melhor os detalhes dessa realidade do que o habitante de um país tropical, ou mesmo de um indivíduo de Paris, ou Nova Iorque, onde esse fenômeno físico não exerce o mesmo impacto que no mundo esquimó. Assim, se constata que o esquimó, de uma certa forma, de fato percebe o mundo objetivo de modo distinto. E é por isso que o esquimó tem palavras distintas para designar as diferentes formas pelas quais a *neve* se apresenta à sua percepção sensorial, vocábulos esses que não têm correspondência em português. Cada uma das seguintes perífrases portuguesas “neve que cai”, “neve no chão”, “neve compactada dura como gelo”, “neve semiderretida lamacenta”, “neve voando levada pelo vento” equivale a uma só palavra em esquimó. Devo ressaltar que todas essas reflexões sobre o subconjunto léxico *neve* não as disse Whorf, mas sou eu que assim afirmo.

Convém lembrar também outra ilustração fornecida por Sapir em 1911 em uma conferência feita na Associação Antropológica Americana sobre “Língua e meio ambiente”. Mostrando como o léxico de uma língua reflete claramente o ambiente físico e social dos falantes, Sapir cita a língua dos índios paiutes que viviam nas regiões desérticas do Arizona, Nevada e Utah nos Estados Unidos. A língua paiute possui grande riqueza de vocábulos para designar detalhes minuciosos da

realidade geofísica, palavras essas inexistentes em inglês, tais como: *chão arenoso, vale semicircular ou cavo, desfiladeiro sem água, desfiladeiro com regos d'água, lençóis d'água ou brejos, falda de montanha ou escarpa de desfiladeiro que não recebe sol, região ondulosa cortada de pequenas lombadas montanhosas*. (Sapir, 1969, p. 46). O importante é que cada um desses conceitos é expresso por uma só palavra em paiute. Isso testemunha quão vital é o papel da água para essa comunidade. Em razão das condições desérticas de seu meio ambiente, os paiutes desenvolveram sua percepção para detectarem os menores sinais de possibilidade de existência de água no solo, formulando conceitos precisos sobre a realidade física e denominando-os com palavras específicas.

2.3 A não-equivalência entre o vocabulário das línguas naturais

Consideremos outro exemplo do “relativismo lingüístico”, esse fornecido por Hockett (*Chinese versus English*, Hoijer, 1954, p. 120). Esse lingüista fez um confronto entre o chinês e o inglês, demonstrando como não existe equivalência entre as estruturas léxicas de uma e de outra língua. Ampliei uma das ilustrações oferecidas por Hockett, acrescentando o português na comparação. Confronte-se:

termos designadores de frutas em inglês, chinês e português:

INGLÊS	CHINÊS	PORTUGUÊS
Strawberries	yáng méi, tsauméi	morangos
Berries	–	–
Fruit	shweigwo	fruta
–	guō *	–

Obs: *guō* = frutas e/ou nuts

Note-se que o chinês e o português não têm correspondentes para *berries* e que o inglês e o português não têm palavras equivalen-

tes a *guǒ*. Por outro lado, o português e o inglês possuem o arquilexema (hiperônimo) *fruta, fruit*; o chinês possui o arquilexema *guǒ*, que tanto o português como o inglês não possuem. Se confrontarmos o português e o inglês, o termo inglês *nuts* constitui outro índice do relativismo lingüístico. O Webster define *nut* assim: < semente ou fruto seco que possui uma casca e miolo ou polpa interior; também o próprio miolo ou casca >. Ora, o português não possui nenhum termo para designar este conceito.

No livro *Como aprendi o português, e outras aventuras*, Paulo Rónai (famoso intelectual e tradutor de origem húngara) relata um caso emblemático sobre os descaminhos da tradução. Ele estava traduzindo poemas do português para o húngaro. Num dado momento, Rónai tentava entender a alusão aos *morros* cariocas nos poemas de cunho social que estava traduzindo. Consultando por correspondência um jovem poeta brasileiro, o referido poeta deu-lhe uma lista de sinônimos para a palavra *morro*, a saber: “colina, outeiro, etc.” Ora, Rónai continuava não entendendo. Depois de ter feito várias consultas ao seu correspondente por carta, ele finalmente chegou ao valor correto da palavra *morro* naquele contexto específico: “conjuntos de habitações populares toscamente constituídas e desprovidas de recursos higiênicos”. Esse fato documentava uma situação oposta ao meio ambiente de sua cidade – Budapeste. Aí moravam os ricos em palacetes construídos nos morros da cidade, justamente o oposto do Rio de Janeiro onde *morro* é sinônimo de *favela*. Portanto, embora *morro* possa ser traduzido por seu equivalente em húngaro ao nível da denotação, ao nível da conotação a equivalência não existe, confirmando o relativismo lingüístico.

Comparando dois ou mais pares de línguas, podemos multiplicar ao infinito os exemplos ilustrativos desse fenômeno da univocidade do vocabulário de uma língua por oposição a outro ou outros idiomas. Isso ocorre até mesmo entre línguas da mesma família lingüística que têm grande semelhança estrutural como é o caso das línguas latinas. Eis exemplos entre francês e português e entre o espanhol e o português.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dimensões da palavra*.

FRANCÊS	PORTUGUÊS
<i>chômage</i> =	tempo passado sem trabalhar; interrupção do trabalho
<i>débouché</i> =	saída que permite passar de um lugar fechado para um lugar mais aberto; modo de escoar (vender) um produto; perspectiva que se abre
<i>détente</i> =	diminuição da tensão internacional

Podemos considerar estas palavras intraduzíveis em português, isto é, sem um equivalente exato.

Entre o espanhol e o português podemos alistar uma grande série dos chamados “falsos amigos” em que o significado da palavra em cada uma dessas línguas não corresponde absolutamente àquele que seria esperado na língua alvo, tendo em vista vocábulo de forma semelhante na língua de partida.

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS:
<i>apostar</i> =	hospedar, isto é, dar um aposento a alguém
<i>cena</i> =	ceia, a última das refeições do dia
<i>padre</i> =	pai
<i>apitar</i> =	apitar, buzinar; assobiar vaiando
<i>risco</i> =	penhasco alto

Alguns exemplos mais:

INGLÊS	PORTUGUÊS:
<i>cup of tea</i> =	aquilo que é a preferência, a predileção de alguém
<i>to make a hit</i> =	fazer sucesso
<i>a hit</i> =	um sucesso

A não-equivalência semântica entre os signos lingüísticos de duas ou mais línguas é o mais eloqüente exemplo de como cada língua recorta o universo cognoscível à sua maneira, na criação de seu repertório lexical. Essa discrepância entre o léxico das línguas naturais atinge

seu ápice no domínio das expressões idiomáticas. Algumas ilustrações deste fenômeno:

inglês: *heads and tails* = port. cara ou coroa, ou ainda:

inglês: *heads and tails* = par ou ímpar

inversamente do português para o inglês:

ser pau para toda obra = be a jack of all trades

bater na porta errada = to bark up the wrong tree

confiar desconfiando = take it with a grain of salt

let bygones be bygones = o que passou passou

ao Deus dará = from hand to mouth

vamos abrir o jogo = let's put the cards on the table

De fato, a expressão idiomática proposta aqui como tradução em cada um desses casos nunca é exatamente igual na outra língua; trata-se apenas de uma aproximação, visto como as expressões idiomáticas exprimem características típicas de uma dada cultura. Exemplos de expressões idiomáticas do português praticamente intraduzíveis são *quebrar um galho*, *dar um jeitinho*, ambas de sentido muito semelhante, exprimindo aspectos típicos de nossa cultura brasileira em que se procura contornar tudo aquilo que não é contornável. Creio que não é possível exprimir corretamente o significado dessas expressões nem em inglês, nem em francês. Talvez em nenhuma outra língua.

Esse fato sempre gerou grandes problemas para os tradutores. O famoso adágio italiano *traduttore, traditore*, isto é, *tradutor, traidor*, baseia-se nesse sentimento da distorção do sentido operado na tradução de uma língua para outra. De fato, mesmo entre línguas tão próximas como o português e o espanhol a tradução freqüentemente altera o sentido original da língua de partida.

Além dos vocábulos que nomeiam seres, coisas, um caso típico de relativismo lingüístico é o dos pronomes de tratamento. As equiva-

lências praticamente não existem entre duas ou mais línguas, porque o sistema pronominal de tratamento se refere a um sistema social estruturado no interior de uma cultura. Às vezes, temos até a falsa impressão de que pronomes semelhantes entre culturas afins são equivalentes. Consideremos a frase latina *Ave, Caesar, morituri te salutant*, que os gladiadores romanos proferiam diante da tribuna do imperador romano no Coliseu antes de combaterem os leões; ela poderia ser traduzida por: *Salve, César, aqueles que vão morrer te saúdam*. Ora, o *te* do português não corresponde ao *te* do latim clássico; de fato, a oposição se estabelece entre o singular *tu* e o plural *vos* no latim. O *tu* em latim pode ter um tom solene enquanto em português o *te* é coloquial.

É possível traduzir por aproximação, não perfeitamente, sobretudo poesia. No caso de uma composição poética a tradução sempre adultera o original; a rigor, para apreender o significado de um poema em sua plenitude, é preciso saber a língua em que ele foi escrito. E é também por causa dessa impossibilidade de estabelecer equivalências perfeitas entre o léxico de duas línguas que a tradução automática via computador continua sendo uma utopia, e talvez será sempre assim.

Por conseguinte, não podemos usar como parâmetro para todas as línguas, as categorias lingüísticas do indo-europeu, pois o indo-europeu é apenas uma dentre as dezenas de famílias de idiomas existentes no mundo. À medida que formos conhecendo mais e mais línguas, certamente iremos conhecer novas formas de categorizar o universo e a experiência.

Vários lingüistas aceitaram parcialmente a hipótese Sapir-Whorf, embora ressalvando que só se pode admitir uma versão moderada dessa teoria. Pode-se certamente admitir que “a linguagem influencia o nosso modo de percepção da realidade” (Schaff, 1974, p. 254). Ademais é muito difícil comprovar cientificamente o “relativismo lingüístico”. Seria necessário testar essa hipótese usando um volume muito grande de dados para um número igualmente grande de línguas de

famílias lingüísticas muito distintas e historicamente isoladas, de modo que não tivesse ocorrido nenhuma influência mútua entre as línguas que seriam usadas para comprovar ou refutar a hipótese do relativismo lingüístico. Eis o problema que se põe: como verificar em que medida o comportamento humano é afetado pelas categorias lingüísticas da língua que o indivíduo fala? Como a língua influencia o conhecimento e o modo de ver a realidade? Tem-se que admitir, sem dúvida, que uma língua constitui uma forma de representação da realidade, sobretudo o léxico dessa língua; é muito difícil, porém, comprovar experimentalmente como opera esse relativismo lingüístico.

Nas décadas de cinquenta e sessenta, alguns lingüistas americanos como John Carroll, R. Brown, E. Lenneberg e J. Casagrande resolveram colocar à prova essa teoria, realizando várias pesquisas para testá-la.

Entre os numerosos tipos de testes usados por esses e outros lingüistas para comprovar ou refutar a tese do “relativismo lingüístico”, escolheram as cores como estímulo ideal por causa de sua natureza física. Os pesquisadores buscavam determinar a correlação entre um estímulo físico e o processo de nomeação/categorização, resultante desse estímulo. Os testes foram aplicados tanto a falantes nativos do inglês como a falantes nativos de línguas indígenas como o navajo e o zuni. O objetivo desta pesquisa foi testar a atribuição de um nome a uma cor.

A vantagem da escolha das cores é que se trata de um tipo de estímulo universal, além do fato de que se pode realizar experimentos controláveis, em que se pode trabalhar com medições e parâmetros objetivos para controlar a percepção dos sujeitos. Utilizaram o mapa de cores de Munsell, selecionando 24 cores. Nos testes os pesquisadores usaram cartões coloridos. As cores desses cartões eram de dois tipos: 1) saturação máxima como foco básico da cor e 2) nuanças dessas cores nas margens de transição entre as cores do espectro. Quando se tratava do foco de saturação máxima da cor, todos os sujeitos usavam o mesmo nome para denominá-la. Inversamente, as hesitações por parte dos sujeitos na nomeação das cores, bem como as

discordâncias quanto aos nomes dados pelos falantes ao estímulo colorido, ocorriam no caso de cores nuançadas nos limites da escala cromática entre os focos de saturação. Nesses casos os sujeitos começavam a usar adjetivos qualificativos para tentar caracterizar o matiz da cor: vermelho amarelado, vermelho sujo, alaranjado pardo, etc.

Ora, quando uma língua tem uma palavra para nomear uma categoria, sobretudo se esse vocábulo for uma palavra curta – por exemplo, *verde* – é certo que, muitas e muitas vezes no passado, seus falantes a utilizaram para referir essa categoria. Pode-se considerar, portanto, que essa categoria tem um alto índice de codificação. A medida de determinação do nome correlacionada com a latência da resposta foi denominada por Brown e Lenneberg de *codificabilidade*. A *codificabilidade* é, pois, uma medida de concordância entre os falantes de uma língua em dar um mesmo nome ao mesmo estímulo; no exemplo em pauta, uma *cor*. Uma boa concordância entre os falantes (isto é uma *codificabilidade* alta) pode dever-se a dois fatores independentes: o vocabulário da língua pode oferecer aos falantes uma palavra muito característica, única e não-ambigua para um estímulo muito específico. Por exemplo: *vermelho* para designar a cor física do sangue. Ou então, o estímulo pode ter sido bem pouco codificado na língua, mas ser-lhe atribuído um realce especial num determinado contexto – por exemplo, o cabelo *vermelho*. Aliás, ficou evidente também que certas categorizações culturais manifestam-se claramente nas denominações em que os falantes usam sistematicamente o mesmo nome para uma cor, ainda que se trate de uma nuance pouco característica de uma dada cor. É o caso, por exemplo, na língua inglesa, do uso de *red* (*vermelho*) para designar a pele dos índios americanos.

Outro fenômeno curioso revelado por estes testes: foi mostrada a um sujeito uma determinada cor num cartão colorido; essa pessoa nomeou-a de *alaranjado pardo*. Posteriormente a mesma nuance foi nomeada pelo mesmo sujeito como *ocre*. Explica-se: no caso da cor isolada, a pessoa interrogada nomeava-a da forma que lhe parecia mais adequada à sua percepção. Entretanto, quando essa mesma cor apareceu em outro contexto, em outra moldura cultural, o falante chamou a

mesma cor de outra forma, a saber: *ocre*. Isso porque, nesse segundo caso, a mesma cor aparecia nas paredes de uma vila italiana.

Outros testes evidenciaram que a capacidade de identificar um referente e de lhe dar um nome tem algo a ver com a estruturação semântica mental dos falantes em virtude de sua língua materna. É aqui que entrariam os estereótipos da percepção moldados conforme essa língua materna. De qualquer forma os resultados das pesquisas não confirmaram a hipótese de que existe uma pressão tirânica das palavras sobre a cognição humana como afirmava o “relativismo lingüístico” de Whorf.

Foi possível concluir também que os sujeitos utilizam os recursos disponíveis no vocabulário da sua língua materna para a referência. E mais: os conceitos que podem ser nomeados e facilmente formulados no idioma nativo dos falantes são mais fáceis de adquirir porque já se encontram codificados no léxico desse idioma.

Resumindo: as diferenças entre as línguas, fato que tanto impressionou Whorf, não devem interferir no processo cognitivo. É fato incontestado que nossas características biológicas entre as quais se encontra a capacidade de conceptualização e um modo peculiar de categorização são comuns a todos os homens. É indiscutível que o processo de formação de conceitos deve ser regulado de alguma forma por determinantes biológicos; portanto, em todos os idiomas a nomeação deve ter propriedades formais bastante similares. As línguas naturais se distinguem por seus processos de conceptualização específicos, que se refletem no seu vocabulário. Contudo, como os falantes utilizam as palavras livremente para etiquetar *seus próprios processos de conceptualização*, o significado estático das palavras registrado pelos dicionários não parece restringir as atividades cognitivas dos falantes.

É importante também concluir que a transmissão do repertório lexical de geração em geração através da educação informal e formal exerce papel importante na categorização/ conceptualização do universo, ao fornecer ao indivíduo um estoque de nomes já codificados nessa cultura.

É preciso lembrar ainda que o vocabulário não é criado (ou recriado) pelo indivíduo mas que ele é adquirido através do processo social da educação. De fato, através do processo de educação social o homem adquire tanto a língua da sua comunidade como o seu vocabulário. Nessa aprendizagem o falante-aprendiz recebe da sociedade um produto acabado – a língua – que vem a ser o produto da experiência acumulada historicamente na cultura da sua sociedade. Essa cristalização da experiência social tanto cultural como lingüística é o ponto de partida e o fundamento tanto do pensamento como da linguagem individual. “Enquanto ponto de partida social do pensamento individual, a linguagem é a *mediadora* entre o que é social, dado, e o que é individual, criador, no pensamento individual. Na realidade, a sua mediação exerce-se nos dois sentidos: não só transmite aos indivíduos a experiência e o saber das gerações *passadas*, mas também se apropria dos novos resultados do pensamento individual, a fim de os transmitir – sob a forma de um produto social – às gerações *futuras*.”(Schaff, 1974, p. 250-1). Nessa passagem Schaff está-se referindo ao pensamento na sua correlação com a linguagem. Contudo, podemos parafrasear suas idéias aplicando-as à língua materna enquanto sistema de categorização do universo, bem como seus reflexos no acervo vocabular desse mesmo idioma. E sendo a língua essa mediadora, ela transmite às novas gerações o vocabulário revisto e reformulado pela atual geração. Ela vai transmitindo também as novas criações vocabulares e obviamente conceptuais que os indivíduos da atual geração vão gerando e incorporando ao tesouro lexical da língua para deixá-lo como patrimônio aos que se lhe seguirem.

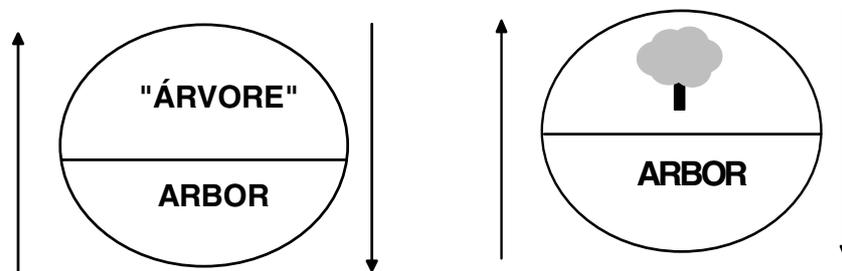
3. A DIMENSÃO LINGÜÍSTICA DA PALAVRA

3.1. O signo lingüístico. Significado e referência

Em seu *Cours de linguistique générale*, Saussure formulou o modelo clássico do signo lingüístico, estabelecendo alguns axiomas bási-

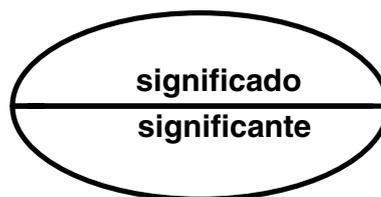
cos sobre o problema da significação. O primeiro axioma é o da relação indissolúvel entre um conceito e uma imagem acústica.

“O signo lingüístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica.” (edição De Mauro, 1994, p. 98)[...] “O signo lingüístico é pois uma entidade psíquica com duas faces” que pode ser representado com a figura seguinte, adaptada do modelo saussuriano:



Saussure propôs manter *signo lingüístico* como termo técnico para o conjunto total e substituir *conceito* e *imagem acústica* respectivamente por *significado* e *significante*.

signo lingüístico



Depois de definir signo lingüístico, Saussure constatou que a *arbitrariedade* é uma característica básica do signo lingüístico. Contudo, é preciso fazer uma ressalva sobre o termo *arbitrário*. Não se deve

pensar que o falante escolhe livremente o significante. O signo lingüístico “é *imotivado*, isto é, arbitrário com relação ao significado” (p. 101), ou seja, com respeito ao significado, o significante não tem nenhuma relação natural com a realidade.

No capítulo “Imutabilidade e mutabilidade do signo” do *Cours*, Saussure afirma que a comunidade lingüística impõe ao falante um significante e que o “signo lingüístico escapa à nossa vontade”. De fato, seja qual for o momento histórico em que focalizarmos o idioma, a língua evidencia-se sempre como uma herança de épocas anteriores. Podemos imaginar que, num momento preciso, se estabeleceu uma correlação entre um significante e um significado, ou seja, foi atribuído um conceito a um referente; contudo, esse fato quase nunca é constatado. A certidão de nascimento das palavras não é registrada. Por conseguinte, estamos diante de um paradoxo. De um lado, parece que o falante tem total liberdade de escolha do signo lingüístico, podendo categorizar e recategorizar os dados da realidade livremente, embora use modelos de categorização prontos que a educação lingüística introjetou em sua mente. De outro lado, o vocabulário da língua manifesta-se como um acervo cultural – um produto herdado das gerações precedentes.

E é por causa dessa herança que Saussure reitera o fato de que o signo é *imutável*. Segundo Saussure, o signo resiste a qualquer substituição arbitrária porque a língua é uma instituição social. A primeira razão para justificar a imutabilidade do signo é exatamente o fato de ele ser arbitrário. Como argumenta Saussure, se o signo fosse fundamentado em uma norma racional poderia ser contestado; mas como isso não ocorre, o caráter arbitrário da sua cunhagem o protege contra substituições. A segunda razão é o número elevadíssimo de signos (palavras) de uma língua. Assim sendo, o vastíssimo vocabulário de uma língua, formando um sistema estruturado, impõe à comunidade dos falantes um mecanismo tão complexo que ela é impotente para transformá-lo. E finalmente deve-se considerar a inércia a toda inovação lingüística.

Continuemos a parafrasear/ refletir sobre as idéias de Saussure. A língua é utilizada por todos a todo momento; “difundida na comunidade

dos falantes e manipulada por ela, a língua é algo de que todos os indivíduos se servem todo dia. Nesse sentido, não se pode estabelecer comparação entre ela e as outras instituições. As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos, etc., só ocupam simultaneamente um determinado número de indivíduos e durante um tempo limitado; a língua, pelo contrário, cada um participa dela a todo instante, e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos. Esse fato fundamental basta para mostrar a impossibilidade de uma revolução. A língua é de todas as instituições sociais aquela que propicia as menores possibilidades às iniciativas [individuais]. Ela faz corpo com a vida da massa social, e essa, sendo naturalmente inerte, manifesta-se claramente como um fator de conservação.” (p. 107-8). Essa fixidez advém do fato de que a língua se situa no tempo, continuando duradouramente numa comunidade de falantes através das idades. É o tempo que altera os signos lingüísticos e que introduz outro fator importante: a *mutabilidade* do signo. Assim *mutabilidade* e *imutabilidade* são solidários e constituem as duas faces da moeda. Na verdade o signo não muda integralmente de uma vez; as alterações vão se verificando paulatinamente através da história. Embora seja difícil determinar as causas das mudanças ocorridas no signo lingüístico, elas acarretam “um deslocamento da relação entre o *significado* e o *significante*”. Essa é uma das conseqüências da arbitrariedade do signo lingüístico. É esse caráter arbitrário que distingue a língua de todas as outras instituições sociais.

E em que se baseia a *mutabilidade* do signo? Ela decorre, em parte, das mudanças culturais operadas na sociedade no decorrer da história; e, em parte, da ação desses fatores sobre a língua falada por uma massa considerável de falantes. Um exemplo desse tipo de mudanças ocorre na classe do substantivo que simboliza o modelo ideal de signo lingüístico. Um caso típico é o envelhecimento e morte de palavras em conseqüência do desaparecimento de instituições, costumes e objetos. Veja-se, a título de ilustração, algumas palavras que desapareceram do português contemporâneo porque a *coisa* designada não existe mais, ou não se usa mais: *aguazil*, *bacamarte*, *candeeiro*, *canga*, *caravela*, *cas-*

tiçal, ceroula, coche, mucama, palmatória, senzala, tílure, etc. Esses vocábulos só ocorrem em textos ou referências históricas do passado de nossas sociedades brasileira e portuguesa. Às vezes, pode ocorrer a reutilização de um significante para designar um novo conceito. É o que dizia Saussure sobre o deslocamento da relação entre *significado* e *significante*. Um exemplo é a palavra *candeeiro* acima referida. No português brasileiro ela desapareceu; porém, no português europeu ela designa uma luminária qualquer, um artefato qualquer que produz luz. Inversamente, no português europeu já não se usa a palavra *açougue*, substituída por *talho*, enquanto no Brasil continuamos a designar “lo-cal, estabelecimento comercial onde se vendem carnes” por *açougue*. Em outras classes de palavras como o verbo e o adjetivo as mudanças são mais lentas e menos radicais. Eis exemplos de como se alteraram conceitos de verbos como *surgir* e *treinar*. No português renascentista *surgir* significava “aportar, lançar ferro no porto”; logo era termo técnico da marinha. O dicionarista Moraes (edição de 1813) abona essa definição com dois autores do século XVI: João de Barros e Diogo do Couto. O dicionarista Aulete (1ª ed. 1881) citando Frei Luis de Sousa, também do séc. XVI, define *surgir*: “aparecer ou chegar por via marítima, aportar, ancorar”. Constatamos assim como mudou o conceito desse verbo que não só ampliou largamente sua área de significação, como deixou de ser monossêmico para tornar-se polissêmico no português contemporâneo. Mais curioso ainda é o caso do verbo *treinar*. Segundo Moraes (1813), citando como abonação *A arte da caça* (séc. XV ou XVI ?), eis o significado de *treinar*: “acostumar a ave de caçar com o cevo da sua rale, para a acostumar a empolgar nelas pelo gosto do costume” [atualizei a ortografia]. Vemos, pois, que um significado técnico extremamente específico, usado apenas no domínio da caça para uma ave de rapina (o falcão), expandiu-se muito. Hoje significa “tornar apto, capaz de realizar uma determinada tarefa ou atividade”, isto é, atualmente o verbo se aplica a qualquer atividade técnica ou prática e embora continue a ser usado para animais, é mais usado para humanos. Assim falamos de *treinar cavalos*, mas também de *treinar professores, soldados, esportistas*.

Modernamente esse verbo é usado com maior freqüência no domínio do esporte para designar “fazer exercícios técnicos para se tornar um bom atleta em qualquer esporte” como futebol, vôlei, natação, tênis e até mesmo se diz *treinar Fórmula 1*, *Fórmula Indy*, ou seja, o verbo se aplica também a “dirigir carro em corridas de alta velocidade”.

No artigo muito conhecido “Natureza do signo lingüístico”, Benveniste critica a formulação do conceito de signo por Saussure, apontando alguns senões, mas também fazendo reparos indevidos (1976, p. 53-9). Ao assinalar que o francês *boeuf* [=boi] e o alemão *oks* se referem à mesma realidade, o raciocínio de Saussure estaria falseado, exatamente porque ele não menciona a presença fundamental do terceiro elemento que deveria ser considerado para estabelecer o signo lingüístico, a saber: a realidade. O argumento principal de Saussure para comprovar a arbitrariedade do signo seria invalidado, pois o fato de duas línguas diferentes atribuírem nomes diferentes ao mesmo referente físico não é pertinente para Benveniste. Contudo, esse argumento de que o signo é arbitrário por não ter nenhuma ligação com a realidade não é o ponto crucial. A meu ver, o que está implícito no texto de Saussure é que a nomeação de um referente com este ou aquele nome é que é arbitrária. Isto é, no ato de nomeação, o nomeador poderia atribuir qualquer nome (significante) a qualquer objeto da realidade. Mas é claro que Benveniste tem razão ao insistir no papel da realidade na configuração do signo, o que será discutido mais adiante. Continuando com a argumentação de Benveniste. “Um dos componentes do signo, a imagem acústica, constitui o seu significado. Entre significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*”. (1976, p. 55) Ora, julgo que não é bem isso que Saussure chama de arbitrário. Claro que Benveniste tem razão na sua argumentação quando afirma que, no seu espírito (ou de qualquer falante), estão indissolúvelmente associadas essas duas faces do signo. “O conceito (“significado”) “boi” é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (“significante”) *boi*”. (1976, p. 55) “O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante. Essa consubstan-

cialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo lingüístico”. (1976, p. 56) Assim, Benveniste julga até inútil defender o princípio da “arbitrariedade do signo”; contudo, admite que ao dizer que o signo é *imotivado*, Saussure tocou o ponto fundamental. Benveniste aplaude também as conclusões notáveis tiradas por Saussure dessas premissas, a saber: a mutabilidade e imutabilidade do signo lingüístico. Também acolhe a teoria saussuriana a respeito do *valor lingüístico* e da sua relação com o fato de que a língua é um sistema de signos.

Diversamente de Saussure e mesmo de Benveniste, o lingüista italiano Mario Alinei arguiu a questão da motivação no processo de nomeação dos elementos da realidade. Mostrou como o signo é motivado no momento de sua criação. Nesse momento de gênese, as características distintivas do referente serão individualizadas e ressaltadas, motivando o nome apostado a esse referente. Esse semanticista fez escola na Europa. Um dos melhores trabalhos de sua escola foi o realizado por ele e seus discípulos sobre o *arco-íris*. A conceptualização deste mesmo referente materializou-se de modo bastante distinto em várias línguas européias, cada cultura destacando um conjunto de traços desse fenômeno físico. Assim, a definição de *arco-íris* varia em cada cultura, dependendo de crenças e outros aspectos culturais que envolvem esse objeto. Reconhece Alinei que, na gênese, a nomeação é motivada; porém, com o passar do tempo e a permanência do signo, a palavra pode tornar-se opaca em sua significação. A elucidação da motivação semântica original dos nomes levaria à descoberta da etimologia da palavra e da história de sua evolução semântica.

3.2 O valor lingüístico da palavra

O que vem a ser o *valor lingüístico* de uma palavra para Saussure? O valor constitui um dos aspectos do significado de uma palavra. Se o valor fosse excluído a língua seria reduzida a uma simples nomenclatura (*Cours*, 1985, p. 158). “A língua é um sistema onde todos os ter-

mos são solidários”. (*idem*, p. 159) O valor de um signo resulta da presença simultânea dos outros signos dentro do sistema e aos quais ele se contrapõe, formando uma rede semântica.

Vejamus um exemplo para ilustrar as relações sêmicas de oposição existentes num conjunto de signos relacionados. Em português para exprimir a qualidade de um ser, de uma coisa, de um estado, de um fato “que dura muito”, “que dura sempre”, “que dura para sempre”, “que não muda”, “que é pouco sujeito a mudanças”, ou ainda, “porque dura sempre” “existe sempre”, “está sempre presente”, vários adjetivos compõem uma variada e complexa rede de significações, a saber: *duradouro* X *durável* X *inalterável* X *invariável* X *constante* X *imutável* X *permanente* X *perpétuo* X *perene*. As oposições existentes entre cada uma dessas palavras e todas as outras e as demarcações de fronteiras significativas entre elas vão criando o valor próprio de cada um desses adjetivos atributivos. As variegadas nuances de sentido se estabelecem pelo acréscimo ou eliminação de traços significativos. Comparando cada uma dessas palavras com as outras similares do mesmo campo semântico, vão-se evidenciando as oposições e contrastes de sentido. Veja-se o valor desses adjetivos em combinatória com substantivos aos quais atribuem qualidades: EFEITO *duradouro* X CARÁTER *duradouro* X MATERIAL *durável* X TECIDO *durável* X CON-DUTA *inalterável* X SORRISO *inalterável* X PERGUNTA *invariável* X RES-POSTA *invariável* X AUMENTO *constante* X COMPANHIA *constante* X TEMPERATURA *constante* X CÂMBIO *imutável* X EXPRESSÃO *imutável* X ASSENTO *permanente* X MEMBRO *permanente* X RESIDÊNCIA *permanente* X JAZIGO *perpétuo* X DESCANSO *perpétuo* X DITADOR *perpétuo* X ATUALIDADE *perene* X FONTE *perene*.

Este exemplo demonstra claramente que o valor de uma palavra dentro do sistema emana da complexa rede de significações que se tece no interior do léxico de uma língua. Parafraseando Saussure, podemos afirmar que o valor que se soma ao significado básico de um signo é puramente diferencial; esse valor é definido não por seu conteúdo (semântico) mas negativamente por suas relações com os ou-

tros termos do sistema. A característica fundamental de cada signo é ser o que os outros signos não são. (*Cours*, p. 162)

3.3 Termos técnicos e nomes próprios

Seguindo a concepção de Hjelmslev, pode-se partir da substância do conteúdo para a forma do conteúdo. Nessa perspectiva onomasiológica parte-se do conceito para a denominação lingüística. Nesse outro pólo, deparamo-nos com os termos técnicos. Aqueles cujos conceitos se impõem “de fora” do sistema lingüístico, dados pela realidade cognitiva descrita e interpretada pelas ciências. Nesse novo universo de significação um termo técnico de uma língua A tem equivalente exato em outra língua B. Melhor dizendo: esses termos são universais, internacionais; eles pairam acima do relativismo e das idiosincrasias lingüísticas e designam um referente identificado e discriminado de modo idêntico por qualquer língua natural. Trata-se de um autêntico caso de “universal lingüístico” no mutável universo dos idiomas naturais.

O termo técnico não é o único signo em que o conceito é totalmente caudatário do universo extra-lingüístico. Quando o referente é um objeto da realidade física a nomeação pode chegar a um grau máximo de identidade entre palavra e coisa referida, praticamente identificando o nome com seu referente. É o caso dos nomes próprios, sobretudo topônimos. Frequentemente no processo de nomeação, o nomeador levou em conta características típicas do referente para nomeá-lo. Consideremos alguns topônimos brasileiros adaptados do tupi. O significado do nome nessa língua descreve as características físicas do referente: *Iguaçu* [= água grande]; *Pará* [= o mar, o rio volumoso – referência ao rio Amazonas]; *Pindorama* [= a região ou o país das palmeiras]; *Araraquara* [= o refúgio das araras]; *Caraguatatuba* [= o sítio dos gravatás onde abundam essas plantas]. No fenômeno da toponímia o nome fica definitivamente colado ao referente, passando até de uma

língua para outra muito diversa, como acabamos de constatar nesses empréstimos feitos ao tupi pelo português brasileiro. Nesse contexto desaparece a característica *dinâmica* da atribuição de um nome/palavra a um referente. Deve ser por isso que normalmente se tem a “sensação” de que os nomes próprios não fazem parte da língua, ou melhor, não integram o vocabulário da língua. Assim, o nome próprio pode ser considerado como um caso à parte do signo lingüístico, tanto os topônimos como os antropônimos.

Nas culturas arcaicas geralmente os nomes atribuídos às pessoas têm um significado, indicando, muitas vezes, a vocação, ou o destino do indivíduo. Na cultura hebraica antiga, o livro do *Gênesis* explica assim o nome da *primeira mulher*: “Ela será chamada ‘Mulher’, pois foi tirada do homem”. (Gen.II, 23) Também o patriarca dos hebreus, aquele de quem descende toda a nação judaica, teve seu nome alterado pelo próprio Deus, o que é explicitado na seguinte passagem do *Gênesis*: “Não te chamarão mais com o nome de Abrão, mas teu nome será Abraão, pois te concederei tornar-te o pai de uma multidão de nações...” (Gen., XVII, 5)

Muitas são as culturas primitivas em que o nome tem um significado ligado àquilo que se acredita ser a essência da pessoa. O antropólogo Akinnaso, da Nigéria, num curioso estudo sobre a base sociolingüística dos nomes próprios em yoruba lembra o escritor Lewis Carrol no livro *Através do espelho*: “Meu nome é Alice...[...] O que significa? “Um nome tem que significar alguma coisa?” perguntou Alice ambigüamente”. Na sua cultura yoruba a nomeação de uma criança recém-nascida é um ritual, uma festividade celebrada em comunidade por parentes, amigos, vizinhos, conhecidos. A cerimônia de nomeação constitui uma iniciação simbólica do bebê na sociedade e na vida. Através dessa cerimônia, a criança é introduzida no sistema de valores da sociedade yoruba. O nome que é atribuído à criança evidencia claramente que ela é vista como um reflexo da ordem social, pois são os eventos, valores, e crenças da sua família ou comunidade que fornecem as regras para a criação do nome do bebê. Ora, o nome para o

yoruba se identifica com a essência da pessoa. Parafraseando o antropólogo, poderíamos dizer: aquilo que chamamos rosa, se tivesse outro nome não teria um cheiro tão suave e poderia até cheirar mal, ou poderia nem cheirar! (Akinnaso, 1980, p. 299)

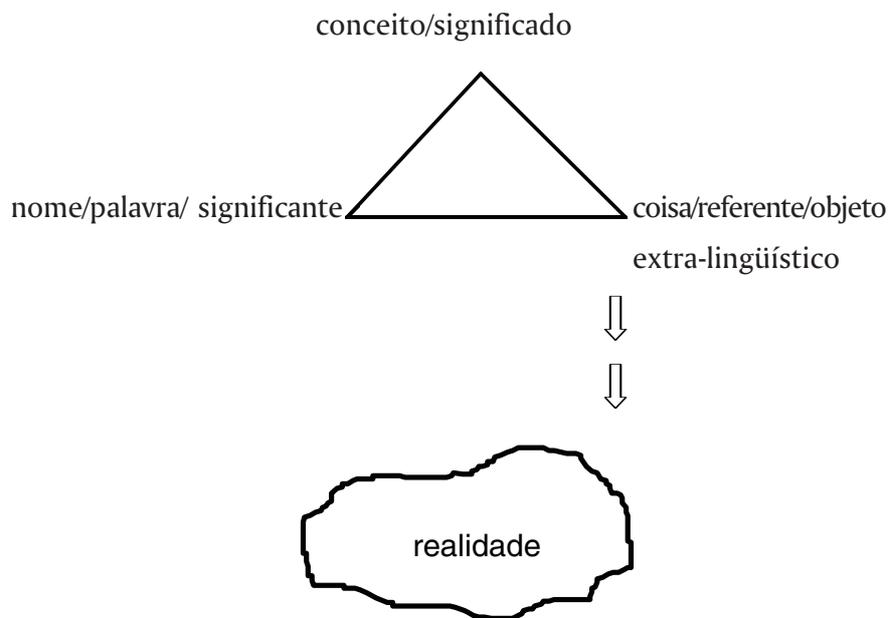
3.4 O triângulo da significação

No estudo *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*, I. Blikstein examina as principais teorias sobre o signo lingüístico, analisando as idéias de Saussure, Peirce, Ogden e Richards, S.Ullmann, Kurt Baldinger, Umberto Eco e Greimas. Faz críticas muito pertinentes às formulações teóricas de todos esses lingüistas, sobretudo no caso dos cinco primeiros por terem eles virtualmente ignorado a “fabricação da realidade” na interpretação humana do universo cognoscível. Não vou repetir todas as críticas de Blikstein a essas teorias. Vou considerar que sua formulação do conceito de signo lingüístico é aquela que devemos endossar. Contudo, gostaria de fazer algumas ressalvas. Julgo que muito embora Blikstein tenha razão ao criticar a postura logicista de Ogden e Richards, não me parece justo censurar os demais teóricos – Ullmann, Baldinger ou Eco – por não terem ido além do triângulo da significação.

Só Heger foi além do triângulo, propondo uma nova configuração – a de um trapézio – representação equivocada, que não teve seguidores, evidenciando esse fato a não-aceitação deste novo modelo. Parece que a emblematização da semiose em forma de triângulo é insubstituível. Quero dizer: quando um cientista formula um modelo teórico que dá conta dos fenômenos, não carece substituí-lo; cabe tão somente aperfeiçoá-lo. E é isso que cada um dos sucessores de Ogden e Richards foram fazendo como mostrou Blikstein em seu livro. A cada nova formulação do triângulo foi registrado um avanço na interpretação do fenômeno da significação e sua correlação com o universo. O triângulo de Ullmann, por exemplo, já traduz para a linguagem da Semântica a simbolização proposta por seus antecessores. Baldinger

percebeu alguns elementos mais, a saber: no vértice do *nome* aparecem como parassinônimos: *significante* e *imagem acústica*, conceitos esses já definidos por Saussure. No segundo vértice do triângulo indica *significado/conceito* e no terceiro vértice: *realidade/coisa*. Também me parece que Eco contribuiu para a interpretação do conjunto ao invocar a *unidade cultural*. Devemos admitir com ele que “o significado de um termo é uma *unidade cultural*” (*apud* Blikstein, 1995, p. 35). Ao discutirmos o “relativismo lingüístico” de Whorf, ressaltamos a importância da cultura nas interpretações e formulações lingüísticas. O vocabulário de uma língua compreende o conjunto de termos e de emblemas dessa cultura. Por isso discordo de Blikstein. Não acho que a noção de *unidade cultural* seja ambígua. Pelo contrário, ao invocar a cultura na representação do triângulo semiótico, Eco está legitimamente introduzindo uma outra interface que os lingüistas contemporâneos (tão formalistas!) têm ignorado. Não subscrevo o modelo de Eco *ipsis litteris*; contudo, concordo que a dimensão cultural é igualmente fundamental. Seria possível exemplificar com muitos símbolos culturais dependendo da língua e da cultura – no Brasil, por exemplo, no imaginário popular, figuras como a *mula sem cabeça*, o *lobisomem*.

Um outro aspecto do problema igualmente importante: o signo lingüístico constitui uma unidade léxica que faz parte do patrimônio léxico-cultural herdado que o falante recebe e introjeta, embora também perceba e conheça através de seus sentidos e de sua capacidade cognitiva. E mais: importam também as estruturas sociais com sua hierarquia correlata. Assim, além dos vocábulos que nomeiam seres, coisas, um caso típico de relativismo lingüístico e dependência cultural são as formas pronominais de tratamento. As equivalências praticamente não existem entre duas ou mais línguas, porque um sistema pronominal de tratamento se refere a um sistema sociocultural correlacionado com hierarquias sociais. Às vezes, temos a falsa impressão de que pronomes semelhantes entre culturas afins são equivalentes; podemos afirmar, contudo, que se trata de uma ilusão. Basta conferir um exemplo entre outros, o caso do latim acima citado.



Também fiz minha adaptação do famoso triângulo da significação. A meu ver, esse emblema deve ser legitimamente atribuído a Ogden e Richards; todos os demais lingüistas fizeram adaptações dele como eu própria estou fazendo. O objetivo de mais uma nova versão é enquadrar a questão que me está ocupando, a saber: a dimensão lingüística da palavra. Na unidade anterior já foi discutido o processo da categorização lingüística pelos sujeitos que, percebendo a realidade, a traduzem ou “interpretam” por meio de palavras, que nada mais são que etiquetas verbais apostas a conceitos. Desse processo resulta a nomeação da realidade, ou do universo, gerando o vocabulário das línguas naturais. Assim, concordo com Blikstein que o lado direito do triângulo não pode ser de modo algum ignorado, ou posto na sombra, ainda que introduza enormes complicadores para a teoria lingüística.

Por outro lado, a interpretação dos dados da realidade captados pelos sentidos, conceptualizados pela mente e cristalizados em pala-

bras, não coincide obviamente com a realidade nem se identifica com ela. Coseriu afirma com razão: “não se trata de estruturas “objetivas” da realidade ... mas de estruturas impostas à realidade pela interpretação humana.” (*apud* Blikstein, 1995, p. 46).

Embora não adote o modelo gráfico de Blikstein para o triângulo, concordo com ele: “lingüistas e semiólogos deveriam alargar sua metodologia de análise, voltando-se agora também para o lado direito do triângulo de Ogden e Richards – em que se coloca o referente – e explorando o mecanismo pelo qual a percepção/ cognição transforma o “real” em referente.” (Blikstein, 1995, 46). Os lingüistas ignoraram indevidamente o referente. Alguns como Umberto Eco chegam a afirmar que “o problema do referente não tem qualquer pertinência”. Discordando, vou também fazer minhas as palavras de Blikstein:

“o referente é um produto da dimensão perceptiva/cognitiva” do homem;

“o referente é cognoscível”;

“o referente tem vinculação direta com a significação lingüística (na medida em que *não é*, mas *representa* a realidade extra-lingüística).”

Portanto, o referente é parte integrante e essencial do signo lingüístico. E é por isso que o modelo dicotômico do signo lingüístico proposto por Saussure se vê definitivamente superado pela matriz triádica do triângulo semiótico. Como bem diz Blikstein não é porque a realidade é extra-lingüística que o referente deva ficar fora da Lingüística. De fato, a significação se origina e lança as suas raízes no universo cognoscível, interpretado e simbolizado por palavras. E o conjunto dessas palavras vem a ser o léxico da língua. Podemos concluir, pois, que o conceito (significado) é tributário de uma realidade que o antecede e precede, realidade essa que nossa percepção/cognição percebe e interpreta, criando o *objeto mental* ou *unidade cultural* ao qual atribuímos um nome, isto é, a palavra ou significante. Assim o referente e o universo de que ele procede geram o fenômeno da significação.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dimensões da palavra*.

BIBLIOGRAFIA

- AKINNASO, F. N. (1980) The sociolinguistic basis of Yoruba personal names. *Anthropological Linguistics*, 22, n. 7, p. 275-304.
- BENVENISTE, E. (1976) *Problemas de lingüística geral*. S.Paulo, Ed.Nacional/EDUSP.
- BÍBLIA (1994) Tradução ecumênica. S.Paulo, Edições Loyola.
- BIDERMAN, M. T. C. (1978) *Teoria lingüística* (lingüística quantitativa e computacional). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- BLIKSTEIN, I. (1995) *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. S.Paulo, Cultrix.
- CRIPPA, A. (1975) *Mito e cultura*. S. Paulo, Convívio.
- FRAZER, J. G. (1956) *La rama dorada*. Magia y religión. México, Fondo de Cultura Económica.
- GARITTE, G. (1942) Morituri te salutant. *Les Études Classiques*, XI, n. 2, p. 2-26.
- HOIJER, H. (1954) The Sapir-Whorf hypothesis. *Language in culture* (ed. H.Hoijer). Chicago, University of Chicago Press, p. 92- 105.
- LENNEBERG, E. H. (1975) *Fundamentos biológicos del lenguaje*. Madrid, Alianza Universidad.
- RÓNAI, P. (1976) *Como aprendi o português e outras aventuras*. Rio de Janeiro, Artenova.
- SAPIR, E. (1969) *Lingüística como ciência*. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- _____ (1947) *Selected writings of Edward Sapir*. Berkeley, University of California Press.
- SAUSSURE, F. (1972) *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Éditions Payot.
- SCHAFF, A. (1974) *Linguagem e conhecimento*. Coimbra, Livraria Almedina.
- WHORF, B. L. (1965) *Language, thought and reality*. Selected writings of B.L. Whorf organized by J. Carrol. Cambridge, Massachussets.
- _____ (1958) Science and linguistics. In MACCOB, E.E., NEWCOMB, T.M. & HARTLEY, E.L. (orgs.) *Readings in social psychology*. New York, Henry Holt and Company, p. 1-9.

ABSTRACT: The word is the cornerstone of human language. Several approaches may be used to analyse this complex subject. We shall consider here the most important dimensions of this entity: the magic value of the word and its creative power; the cognitive dimension associated with the question of naming and designation of reality, generating the vocabulary of natural languages; the significative dimension where the issue of the linguistic sign is analysed together with its relationship with reality.

Keywords: word, lexical categorization, naming process, vocabulary of natural languages, linguistic sign.